



# Câmara Municipal de Ouro Branco

## PARECER JURÍDICO

### TRAMITAÇÃO A EMENDA Nº 01 AO PROJETO DE LEI 43/26

#### RELATÓRIO

Foi protocolado no dia 18 de março de 2026, na Câmara Municipal de Ouro Branco, a Emenda n.º 01 ao Projeto de Lei n.º 43/2026, de autoria do vereador José Irenildo Freires de Andrade, com a ementa: *"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR PROGRAMA ESPECIAL DE INDENIZAÇÃO EM DECORRÊNCIA DE DANOS MATERIAIS E PREJUÍZOS ECONÔMICOS CAUSADOS PELA INTERRUPÇÃO DO FLUXO DE VEÍCULOS DECORRENTE DA QUEDA DA PONTE DO SÃO FRANCISCO, PELAS OBRAS PÚBLICAS DE REESTABELECIMENTO DO TRÁFEGO E PELOS DESVIOS IMPLANTADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"*.

O Projeto de Lei veio acompanhado de justificativa/mensagem.

O presente parecer do setor jurídico da Câmara Municipal de Ouro Branco é uma prática auxiliar para a eficiência e legalidade do processo legislativo sendo feita a análise apenas de aspectos específicos do projeto de lei, como a legística (técnica legislativa) e a regimentalidade (conformidade com o regimento interno), sem adentrar no mérito da constitucionalidade e legalidade, o que é atribuição da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

O papel do setor jurídico, nesse contexto, não é substituir o trabalho da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, mas sim complementá-lo, fornecendo uma análise preliminar que irá auxiliar os vereadores na tomada de decisões mais informadas sobre a forma de tramitação dos projetos de lei.

#### FUNDAMENTAÇÃO

A presente análise recai sob a Emenda n.º 01 ao Projeto de Lei n.º 43/2026,



# Câmara Municipal de Ouro Branco

de autoria do vereador José Irenildo Freires de Andrade, com a ementa: *"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR PROGRAMA ESPECIAL DE INDENIZAÇÃO EM DECORRÊNCIA DE DANOS MATERIAIS E PREJUÍZOS ECONÔMICOS CAUSADOS PELA INTERRUPÇÃO DO FLUXO DE VEÍCULOS DECORRENTE DA QUEDA DA PONTE DO SÃO FRANCISCO, PELAS OBRAS PÚBLICAS DE REESTABELECIMENTO DO TRÁFEGO E PELOS DESVIOS IMPLANTADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"*.

Em análise preliminar de legística, verifica-se que o projeto submetido à apreciação deste setor jurídico segue as normas de clareza, precisão, ordem regimental e formalidade, características essenciais para a sua adequada tramitação.

A estruturação dos artigos, parágrafos, incisos e alíneas atende na maioria aos critérios da Lei Complementar 95/1998, que *"Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona"*, deixando o texto do projeto devidamente estruturado em sua técnica.

No que tange à regimentalidade, deve ser assegurado que o projeto de lei tramite conforme o regimento interno da Câmara Municipal de Ouro Branco, assegurando maior transparência e previsibilidade ao processo legislativo, contribuindo para a sua legitimidade e aceitação pública da construção normativa.

O art. 70 do Regimento Interno vigente estabelece que *"As proposições deverão ser redigidas em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional, na ortografia oficial e assinada pelo seu autor ou autores."*

Por sua vez, o art. 82 do RICMOB é claro ao dispor que *"Recebido, o projeto será numerado, publicado, enviado a procuradoria jurídica e incluído na pauta para ser apresentado em Plenário, sendo posteriormente distribuído às Comissões, pelo setor de apoio, para, nos termos regimentais, ser objeto de parecer ou de deliberação."*



# Câmara Municipal de Ouro Branco

O projeto cumpriu, até o momento procedimental, os normativos regimentais.

*In casu*, verifica-se que a presente emenda n.º 01 ao Projeto de Lei n.º 43/2026 visa alterar a redação dos artigos 4º e 7º, constituindo medida de aperfeiçoamento do projeto original.

Ressalta-se que a alteração proposta decorre de orientação constante de parecer previamente emitido pela Procuradoria Jurídica no âmbito do referido projeto, a fim de adequar o texto normativo e afastar eventual alegação de ingerência indevida nas atribuições do Poder Executivo, conferindo maior segurança jurídica à proposição.

Nessa senda, pelas considerações já alavancadas alhures, recomenda-se o início da tramitação do presente projeto de lei pela sua comunicação na próxima reunião ordinária ou extraordinária, quando se sugere a distribuição deste projeto para a **Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e a Comissão de Administração Pública, Indústria, Comércio e Meio Ambiente.**

Verifica-se que o projeto de lei não tramita sob o regime de urgência, tendo cada comissão o prazo de 10 (dez) dias para apresentação de seus respectivos pareceres. Destaca-se desde já que tal prazo é prorrogável uma única vez por igual período, desde que devidamente fundamentado e aprovado pela comissão (art. 29, III do Regimento Interno).

Pela matéria contida no projeto, conforme a Lei Orgânica de Ouro Branco e Regimento Interno da Câmara Municipal, o projeto deverá ser apreciado em ~~turno~~ único de votação aberta, com quorum de maioria simples.

A presente análise jurídica prévia visa otimizar o processo legislativo, garantindo que os projetos de lei estejam segundo as normas regimentais e com as boas práticas de elaboração legislativa antes mesmo de sua tramitação. Isso previne possíveis entraves futuros, decorrentes de vícios formais ou de tramitação inadequada, que



# Câmara Municipal de Ouro Branco

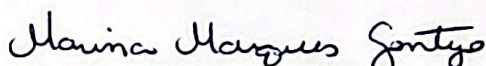
poderiam comprometer a eficácia e a validade das normas aprovadas.

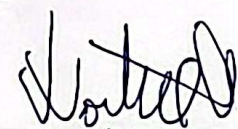
A análise de constitucionalidade e legalidade é prerrogativa da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, o parecer prévio do setor jurídico não invade tal competência, mas sim oferece um suporte técnico essencial para que os vereadores possam cumprir suas funções legislativas de forma mais eficaz e informada.

## CONCLUSÃO

Em face do exposto, nos aspectos que compete a este setor jurídico, opina-se pela possibilidade do início da tramitação a Emenda n.º 01 ao Projeto de Lei n.º 43/2026, de autoria do vereador José Irenildo Freires de Andrade, com a ementa: *"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR PROGRAMA ESPECIAL DE INDENIZAÇÃO EM DECORRÊNCIA DE DANOS MATERIAIS E PREJUÍZOS ECONÔMICOS CAUSADOS PELA INTERRUPÇÃO DO FLUXO DE VEÍCULOS DECORRENTE DA QUEDA DA PONTE DO SÃO FRANCISCO, PELAS OBRAS PÚBLICAS DE REESTABELECIMENTO DO TRÁFEGO E PELOS DESVIOS IMPLANTADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"*.

Ouro Branco, 20 de março de 2026.

  
Marina Marques Gontijo  
Subprocuradora do Legislativo

  
Victor Vartuli Cordeiro e Silva  
Procurador Legislativo

  
Alex da Silva Alvarenga  
Procurador-Geral do Legislativo